



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa

Despacho n.º 9974/2017

No uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 3440/2016, de 25 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47, de 8 de março de 2016, nos termos dos artigos 6.º e 20.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro, e com os fundamentos constantes da informação DAJD/951/2017, que mereceu a concordância da Diretora de Serviços de Assuntos Jurídicos e Documentação e da Secretária-Geral Adjunta da Presidência do Conselho de Ministros, e que faz parte integrante do processo administrativo n.º 22/FUND/2017-SGPCM, reconheço a Fundação da Casa Carvalho Cerqueira.

31 de outubro de 2017. — A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, *Maria Manuel de Lemos Leitão Marques*.

310895346

Despacho n.º 9975/2017

No uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 3440/2016, de 25 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47, de 8 de março de 2016, nos termos do n.º 1 do artigo 23.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro, e com os fundamentos constantes da informação DAJD/958/2017, que mereceu a concordância da Diretora de Serviços de Assuntos Jurídicos e Documentação e da Secretária-Geral Adjunta da Presidência do Conselho de Ministros, e que faz parte integrante do processo administrativo n.º 31/FUND/2016-SGPCM, indefiro o pedido de reconhecimento da Fundação Presença.

31 de outubro de 2017. — A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, *Maria Manuel de Lemos Leitão Marques*.

310895387

Despacho n.º 9976/2017

No uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 3440/2016, de 25 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47, de 8 de março de 2016, nos termos dos artigos 6.º e 20.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro, e com os fundamentos constantes da informação DAJD/974/2017, que mereceu a concordância da Diretora de Serviços de Assuntos Jurídicos e Documentação e da Secretária-Geral Adjunta da Presidência do Conselho de Ministros, e que faz parte integrante do processo administrativo n.º 7/FUND/2017-SGPCM, reconheço a Fundação Vasco Vieira de Almeida.

31 de outubro de 2017. — A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, *Maria Manuel de Lemos Leitão Marques*.

310895305

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Aviso n.º 13778/2017

Para efeitos do art.º 3.º da Lei n.º 4/82, de 15/04, torna-se público que na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 01/12/17 serão adotadas as taxas de câmbio abaixo publicitadas:

Divisas	Taxa de conversão por 1 euro
Rand Sul-Africano	16,4671
Birr da Etiópia	31,7422

Divisas	Taxa de conversão por 1 euro
Dólar da Namíbia	16,4342
Naira da Nigéria	384,0540
Coroa Checa	25,6690
Lilangeni (Suazilândia)	16,4342
Lira Turca)	4,4164

Para as restantes moedas mantêm-se em vigor as instruções constantes do Aviso n.º 12736/2017 de 23/10.

10 de novembro de 2017. — A Diretora Adjunta do Departamento Geral de Administração, *Maria da Luz Andrade*.

310916438

Despacho (extrato) n.º 9977/2017

1 — Por despacho da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, de 2 de novembro de 2017, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 e na alínea b) do n.º 4 ambas do artigo 4.º, no n.º 1 do artigo 6.º, na alínea c) do n.º 1 do artigo 7.º, no n.º 1 do artigo 8.º e no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2011, de 26 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 118/2012, de 15 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 116/2015, de 23 de junho, e no uso de competências delegadas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros conforme disposto na alínea a) do n.º 2.5 do Despacho n.º 8134/2017, publicado no *Diário da República* n.º 181, 2.ª série, de 19 de setembro, foi designada, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, Patrícia Flávia Parício Del Olmo e Pincarilho, no cargo de adida técnica principal, para a área da Cooperação, na Embaixada de Portugal em Maputo.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 8.º do referido Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao referido despacho, que produz efeitos a 1 de janeiro de 2018.

ANEXO

Nota curricular

Patrícia Flávia Parício Del Olmo e Pincarilho, nascida a 17 de março de 1965 em Lisboa, Portugal, licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa em 1988. Frequenta atualmente o curso de pós-graduação “Gestão de Informação e Segurança” na Universidade Nova. Diplomada em Estudos Europeus pela Universidade Católica Portuguesa, em 1989. Nesse ano iniciou funções na Direção-Geral dos Assuntos Europeus do MNE tendo participado em negociações comerciais multilaterais e bilaterais, política comercial, apoio ao desenvolvimento e preparação das presidências nacionais do Conselho da UE.

Diretora de Serviços do Apoio à Internacionalização da Economia Portuguesa, no Ministério da Economia entre 1998 e 2003, onde geriu uma linha de financiamento no âmbito dos fundos estruturais. Neste âmbito liderou inúmeras Missões de Cooperação Empresarial e Técnica a Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Angola.

Nomeada subdiretora geral da Direção-Geral das atividades Económicas em 2014.

Nomeada conselheira técnica principal na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia entre 2005 e 2011. Participou na negociação de diversos *dossiers* nas áreas dos Programas de Ajuda ao Desenvolvimento, novos mecanismos de financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento, Diplomacia Económica, Cultura e Multiculturalismo, Audiovisual e Mutilinguismo. Neste contexto, presidiu e/ou chefou a delegação nacional de vários Grupo de Trabalho do Conselho da UE durante a Presidência Portuguesa em 2007. Participou em diversos tipos de eventos, designadamente reuniões ministeriais nas áreas da Cultura e Desenvolvimento, exerceu *lobbying* junto da AIDCO e outras instituições financeiras multilaterais, tendo igualmente participado na preparação de diversas reuniões do Conselho de Ministros nos domínios acima referidos.

Desde 2015 exerce funções na Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, EPE.